



Prefeitura do Município de Garça

Estado de São Paulo

Seção do Expediente

1. N.º

- L E I N.º 886/64 -

O cidadão PEDRO VALENTIM FERNANDES, Pre-
feito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no u-
so de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municí-
pal decretou e êle sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o prefeito Municipal autorizado a ar-
recadar o Imposto Territorial Rural e Taxa de Conservação de Estradas -
de Rodagem em notas promissórias, de emissão dos contribuintes devido -
res do tributo, exigíveis no prazo de cento e vinte dias, contados da -
data da emissão, sem prejuízo do desconto de 10% sobre o montante do -
lançamento, nas condições e prazo expressamente previsto nos diplomas -
que regem a matéria, (art. 5º das leis ns. 874/64 e 875/64).

Artigo 2º - Os títulos cambiários, oriundos das transa-
ções autorizadas pelo art. 1º desta lei, poderão ser descontados nos es-
tabelecimentos bancários desta praça, facultado ao Prefeito Municipal -
endossá-los ou avalizá-los, de molde a tornar possível a operação de -
crédito.

§ Unico - Fica o Prefeito autorizado a transferir a cre-
dores da fazenda Municipal os títulos que vier a receber em decorrência
desta lei, contabilizando as operações efetuadas na conta especial refe-
rida no artigo 3º bem como juros e descontos na base de 1% ao mês.

Artigo 3º - Da contabilidade constará conta especial -
onde serão escriturados as importâncias recebidas por promissórias, in-
dicado o nome dos emitentes e o valor do tributo lançado, e, se fôr o
caso, o estabelecimento em que se operou o desconto, a soma líquida que
entrou para o tesouro municipal e despesas verificadas no desconto do -
título, isto tudo especificadamente, caso por caso.

Artigo 4º - Para ocorrer às despesas com o cumprimento -
desta lei, utilizar-se-á a verba 8-77-4 do orçamento vigente, elucida-
do que as operações ora autorizadas não afetarão, nem prejudicarão as
outras, permitidas pela lei orçamentária (art. 5º da lei n. 860/63).

Artigo 5º - As despesas de descontos ou juros quando os
títulos forem dados em pagamentos serão contabilizados como despesa ex-
traorçamentária, comprovadas pelas fichas de lançamento.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na data da sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garça, 26 de Junho de 1964

Pedro Valentim Fernandes
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada nesta Seção do Expediente, na data supra ..

S. M. /
- SÉRGIO MORASS -
Chefe do Expediente.

S.M./